

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.423 - SC (2019/0009070-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : VANESSA LUANA DOS SANTOS PAZ (PRESO)
ADVOGADO : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM - SC011253
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por VANESSA LUANA DOS SANTOS PAZ, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no julgamento do HC n. 4033432-69.2018.8.24.0000.

Extraí-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida e preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO POSTERIOR DE REVOGAÇÃO INDEFERIDO. INSURGÊNCIA DA DEFESA.

I - ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA JANEIRO. MEDIDA JUSTIFICADA PELA EXISTÊNCIA DO RECESSO FORENSE. TESE AFASTADA.

II - ALEGADA A AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR E A FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES CONSTRITIVAS. NÃO OCORRÊNCIA. FEITO QUE REÚNE BOAS PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. NECESSIDADE DA MEDIDA DEMONSTRADA EM FATOS CONCRETOS. QUALIDADE E QUANTIDADE (11 GRAMAS DE COCAÍNA DIVIDIDAS EM 18 PORÇÕES) DO ENTORPECENTE APREENDIDO SOMADA ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO FLAGRANTE (APREENSÃO DE BALANÇA DE PRECISÃO E DINHEIRO FRACIONADO), QUE INDICAM HABITUALIDADE E RISCO DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES.

III - OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SUPREMA CORTE QUE RECONHECE A COMPATIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA COM O PRINCÍPIO DA NÃO- CULPABILIDADE.

IV - PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO OBSTAM À MEDIDA. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DO ARTIGO 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL NÃO RECOMENDÁVEL PARA O CASO CONCRETO.

V - ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. (fls. 144).

No presente recurso, alega ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Ressalta a presença de condições pessoais favoráveis.

Alega que, caso reste condenada, iniciará o resgate da reprimenda em regime diverso do fechado, pelo que seria desproporcional mantê-la acautelada.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do reclamo (fls. 186/190).

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, constatou-se que, em 15/02/2019, nos autos da Ação Penal n. 0010028-03.2018.8.24.0018, foi proferida sentença condenando a ora recorrente às penas de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime aberto, e pagamento de 166 dias-multa, tendo sido substituída a reprimenda corporal por restritivas de direito e expedido alvará de soltura.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste recurso, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da irresignação.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

